- 21. Ordem social: a) fundamento e obietivos: b) seguridade social; c) educação, cultura e desporto; d) comunicação social; e) meio ambiente; f) família, criança, adolescente e idoso; g) índios. PROGRAMA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL:
- Direito Processual Civil. Nocões Gerais. Conceito. Natureza. Relação com outros ramos do Direito.
- 2. Normas de Direito Processual Civil. Natureza Jurídica. Fontes. Princípios norteadores do processo civil. O Código Civil como fonte. Interpretação. Direito Processual Civil no tempo e
- 3. Ação, jurisdição, processo e procedimento. Conceito. Espécies. Distinções.
- 4. Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Ministério Público. Advocacia pública e privada. Defensoria Pública. Auxiliares da Justica.
- 5. Jurisdição. Características. Organização judiciária. Competência. Critérios de determinação. Causas modificativas. Conexão, continência e prevenção.
- 6. Tutelas de urgência. Fundamento. Conceito e finalidade. Modalidades. Tutelas de urgência e a Fazenda Pública. Tutela de urgência nos Tribunais.
- 7. Ação sob o enfoque processual. Classificação. Elementos. Condições. Cumulação.
- 8. Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais de existência, validade e negativos. Atos processuais das partes, do magistrado e dos auxiliares da Justiça. Forma, tempo e lugar dos atos processuais. Prazos processuais. Preclusão. Nulidades processuais. Comunicação dos atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo.
- 9. Partes. Conceito. Capacidade. Ônus. Prerrogativas da Fazenda Pública. Representação processual das pessoas jurídicas de direito público. Deveres. Responsabilidade por dano processual. Substituição e sucessão das partes. Litisconsórcio. Assistência Intervenção de Terceiros, Espécies, Intervenção anômala da Fazenda Pública. Amicus curiae.
- Despesas, custas e multas processuais. Magistrado, Ministério Público, como fiscal da lei e auxiliares da Justiça. Responsabilidades.
 - Processo de conhecimento.
- 11.1. Procedimento ordinário. Fases. Petição inicial. Citação. Efeitos. Despacho inicial. Condutas do réu. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Teoria geral das provas. Provas em espécie. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Tutela específica e meios assecuratórios do resultado.
 - 11.2. Procedimento sumário.
- 12. Procedimentos especiais do CPC e legislação extravagante (jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária).
- Recursos. Teoria geral. Recursos em espécie. Outros meios de impugnação das decisões judiciais. Duplo grau obrigatório.
- 14. Do processo nos Tribunais. Da ordem dos processos nos Tribunais. Uniformização de jurisprudência. Declaração de inconstitucionalidade. A súmula vinculante 10 do STF. Súmulas.
- 15. Coisa julgada. Limites. Eficácia. Formas de impugnação e desconstituição.
- 16. Súmula vinculante. Conceito. Procedimento de edição. Procedimento de revisão. Efeitos. Reclamação.
- 17. Homologação de sentença estrangeira. Cabimento. Procedimento.
- 18. Execução e processo de execução. Cumprimento de título executivo judicial. Título executivo judicial. Liquidação. Espécies de cumprimento e procedimento. Impugnação. Da viabilidade de manejo da exceção de pré-executividade.
- 19. Processo de execução. Título executivo extrajudicial. Espécies e procedimentos. Execução Provisória. Defesas do devedor e de terceiros na execução.
- 20. Execução contra a Fazenda Pública. Procedimento. Embargos. Pagamento de obrigações de pequeno valor e precatórios. Sequestro. Intervenção Federal. 21. Processo Cautelar. Teoria geral. Requisitos e limites.
- Medidas cautelares nominadas e inominadas no CPC e legislação extravagante. 22. Arbitragem e jurisdição. Limites e distinção com o
- processo judicial
- 23. Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Habeas corpus. Habeas Data. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública. Ação de Improbidade Administrativa.
- 24. Ações imobiliárias. Decorrentes da locação. De natureza possessória. De natureza petitória.
- 25. Ações de responsabilidade civil e a Fazenda Pública.
- 26. Acões movidas por servidores públicos. Acões movidas por empregados da Administração Indireta para pleitear complementação de aposentadoria e pensão.
 - 27. Ações versando sobre políticas públicas
- 28. Processo judicial tributário. Execução fiscal. Ação anulatória de débito fiscal. Ação de repetição de indébito. Ação de consignação em pagamento. Ação Declaratória. Medida cautelar fiscal. Mandado de segurança.
- 29. Processo coletivo. Teoria Geral. Ações cabíveis. Procedimentos. Coisa julgada. Execução
- 30. Juizados Especiais Cíveis. Federal. Estadual. Da Fazenda Pública.

PROGRAMA DE DIREITO CIVIL:

- 1. Formas de expressão do Direito: lei, doutrina, jurisprudência, costume. Eficácia da lei no tempo. Conflito de leis no tempo. Direito intertemporal. Princípios gerais do Direito. Noção de cláusula aberta ou conceito jurídico indeterminado.
- 2. Interpretação e integração das normas jurídicas. Fontes do Direito.
 - 3. Pessoa natural. Pessoa jurídica.
 - Domicílio. 5. Capacidade
- 6. Direitos da personalidade. Direitos do autor: noções gerais, sujeito, objeto, direitos morais e patrimoniais, domínio público (domínio comum), relações do Estado com o direito
 - 7. Ausência.
- 9. Fato jurídico. Ato jurídico. Negócio jurídico. Elementos essenciais. Modalidades, defeitos e prova.
 - 10. Ato ilícito.
 - 11 Prescrição e decadência
- 12. Obrigações: a) Modalidades: Obrigação de dar coisa certa, de dar coisa incerta, de fazer, de não fazer, alternativa, facultativa divisível e indivisível b) Solidariedade c) Cessão de Crédito; d) Cessão dedébito; e) Extinção das obrigações: pagamento, pagamento em consignação, pagamento com subrogação, dação em pagamento, imputação do pagamento, dação em pagamento, novação, compensação, confusão, remissão. f) Inadimplemento das obrigações; g) Mora; h) Juros; i) Correção monetária; j) Cláusula penal; k) Arras.
- 13. Contratos: a) Generalidades e classificação; b) Princípios; c) Contratos inominados; d) Estipulação em favor de terceiro; e) Promessa de fato de terceiro; f) Vício redibitório; g) Evicção; h) Extinção; i) Contratos nominados: compra e venda, troca ou permuta, contrato estimatório, doacão, locação de coisas, comodato, mútuo, prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato, comissão, agência e distribuição, corretagem, transporte, seguro, fiança, transação e compromisso; i) promessa e compromisso de compra e venda; I) Declarações unilaterais de vontade; m) Pagamento indevido; n) Enriquecimento sem causa. 14. Responsabilidade civil. Liquidação de danos patrimo-
- niais e morais
 - Preferências e privilégios creditórios.
- 16 Empresário Sociedade Estabelecimento empresarial Registro, Nome empresarial, Prepostos e Escrituração.
- Posse: Classificação, aquisição, perda e proteção.
 Propriedade móvel, imóvel e resolúvel: aquisição e
- perda. Direitos de vizinhança. Ação reivindicatória. Condomínio geral. Condomínio em edificações. Propriedade fiduciária.

- 19. Direitos reais sobre coisa alheia de gozo: superfície, servidão, usufruto, uso, habitação.
- 20. Direitos reais sobre coisa alheia de aquisição: direito do nitente comprador.
- 21. Direitos reais sobre coisa alheia de garantia: penhor hipoteca e anticrese.
 - 22. Casamento: Direito patrimonial.
- 23. União Estável.
- 24. Parentesco em geral, Filiação.
- 25. Sucessão. Sucessão legítima. Herança jacente. Herança vacante. Inventário. Partilha de bens.
 - Registros públicos.
 - 27. Parcelamento do solo. 28. Incorporação imobiliária.
- 29. Alienação fiduciária em garantia de bens móveis e imóveis
 - 30. Direito das relações de consumo
 - 30.1. O direito do consumidor na Constituição Federal 30.2. Código de Defesa do Consumidor - CDC: concepção e
 - princípios gerais. Âmbito de aplicação do CDC
- 30.3. Prevenção e reparação de danos. A responsabilidade pelo fato e pelo vício do produto e do servico. Prazos.
- 30.4. Práticas comerciais: oferta; publicidade, práticas abusivas, cobrança de dívidas e banco de dados.
- 30.5. Proteção Contratual. Cláusulas abusivas. Contratos
- 30.6. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, Sanções administrativas. A regulamentação do Código de Defesa do
 - 31. Deontologia Jurídica.
 - 31.1. Estatuto da Advocacia e Código de Ética.
 - 31.2. Deontologia Forense. Princípios.
 - 31.3. Direitos e Prerrogativas do Advogado. 31.4. Infrações e Sanções Disciplinares.
 - 31.5. Ética Profissional dos Procuradores Públicos.
 - 31.6. Ordem dos Advogados do Brasil. PROGRAMA DE DIREITO ADMINISTRATIVO:
- 1. Função administrativa. Regime jurídico administrativo Poderes da Administração.
 - 2. Princípios da Administração Pública.
 - Poder de polícia.
- 4. Administração Pública. Organização. Descentralização. Desconcentração. Órgãos públicos
 - 5. Administração Indireta e entidades paralelas.
 - 6. Improbidade administrativa.
 - 7. Ato administrativo.
 - 8 Processo administrativo 9. Licitação e contrato administrativo.

 - Arbitragem. 11. Regime Diferenciado de Contratações Públicas.
 - 12. Convênios e consórcios administrativos.
- 13. Serviço público. Intervenção do Estado no domínio econômico. Regulação. Concessão, permissão e autorização de serviço público.
 - 14. Intervenção do Estado sobre a propriedade privada
 - 15. Bens públicos.
 - 16. Formas de utilização dos bens públicos.
 - 17. Regulamento.
 - 18. Responsabilidade extracontratual do Estado.
- 19. Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração. Mandado de Segurança individual. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção, Habeas Data, Prescrição administrativa.
- 20. A reforma do Estado: disciplina e efeitos. Formas de parceria com a iniciativa privada. Parceria Público-Privada. Terceirização, Fomento,
 - 21. Infrações e sanções administrativas.
- 22. Eleitoral. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Lei 9.504/1997
- PROGRAMA DE DIREITO DE PESSOAL E PREVIDENCIÁRIO
 - 1. Agentes públicos.
 - 2. Servidores públicos.
 - 3. Cargo, emprego e função. Regimes jurídicos.
 - 5. Provimento. Exercício. Vacância. Contagem de tempo. 6. Direitos e deveres.
 - 7. Estabilidade e efetividade. 8. Sistema remuneratório.
 - 9. Acumulação de cargos, empregos e funções. Exercício de fato.
- Complementação de aposentadoria. 12. Responsabilidade dos agentes públicos. Processo administrativo disciplinar e sindicância. Infrações e sanções disci-
- 13. O Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo e legislação complementar.
- 14. O exercício da advocacia do Estado. Normas constitucionais. A Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado
 - 15. Regimes previdenciários.
- 16. A reforma previdenciária do setor público no Brasil. 17. Sistema próprio de previdência dos servidores
- 18. Entidade gestora do regime próprio de previdência do servidor público. 19. Aposentadoria. Pensões. Regras permanentes e tran-
- sitórias 20. Compensação de regimes.
 - 21. A previdência complementar do servidor público.
- 22. Militares. Regime previdenciário. Pensões. Sistema próprio de previdência. Entidade gestora. Custeio e Benefícios nrevidenciários PROGRAMA DE DIREITO AMBIENTAL:
- 1. A proteção do meio ambiente na Constituição Federal e na Constituição do Estado de São Paulo: Disposições gerais. Competência em matéria ambiental. Função social da propriedade. Da ordem econômica
 - 2. Princípios gerais de direito ambiental.
 - Bens ambientais.
- 4. Política Nacional do Meio Ambiente: Princípios. Objetivos. Instrumentos: padrões de qualidade, zoneamento ambiental, avaliação de impacto ambiental, licenciamento ambiental, revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e criação de espaços territoriais especialmente protegidos. Competências.
- 5. Sistema Nacional do Meio Ambiente SISNAMA: Estrutura, composição e competências. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
- 6 Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente - SEAQUA (Lei estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997 e respectiva regulamentação). Estrutura, composição e competências.
- 6.1. Conselho Estadual do Meio Ambiente CONSEMA (Lei estadual nº 13.507, de 23 de abril de 2009).
- 7. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC: Objetivos. Estrutura. Composição. Criação, implantação e gestão de unidades de conservação. Categorias de unidades de conservação. Populações tradicionais. Compensação ambiental.
- 8. Código Florestal e respectiva regulamentação: Princípios gerais. Áreas de preservação permanente. Reserva legal.
- 9. Proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. 10. Política Nacional de Recursos Hídricos e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; obietivos, diretrizes gerais, competências, Comitês de Bacia Hidrográfica e cobrança
- 11. Saneamento Básico. Normas gerais e Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos.
- 12. Parcelamento do solo urbano e a proteção do meio

- 13. Responsabilidade pelo dano ambiental: Responsabilidade administrativa. Infrações e sanções administrativas ambientais. Responsabilidade civil. Responsabilidade criminal.
- 14. Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental: no âmbi
- to administrativo e judicial. 15. Proteção do meio ambiente em juízo: Mandado de Segurança. Ação Civil Pública. Ação Popular. Desapropriação.
 - 16. Tombamento e proteção ambiental.
- 17. Normas de cooperação para os entes federados em matéria ambiental. Lei Complementar n. 140, de 8 de dezembro de 2011
- PROGRAMA DE DIREITO TRIBUTÁRIO:
- 1. Conceito de tributo. Espécies de tributos
- 2. Sistema constitucional tributário. Princípios constitucionais tributários. Competência tributária. Imunidades.
 - 3. Fontes formais do direito tributário. Funções. 4. "Legislação tributária": vigência, aplicação, integração
- e interpretação. 5. Obrigação tributária. Classificação. Hipótese de incidên-
- cia (fato gerador). 6. Sujeição passiva tributária: contribuinte; responsável e substituto tributário. Responsabilidade pelo tributo e responsabilidade por infrações. Denúncia espontânea.
- 7. Crédito tributário. Lançamento e suas modalidades. Revisão do lançamento. Suspensão, extinção e exclusão. Garantias e privilégios. Preferências e cobrança em falência. Responsabili dade dos sócios em sociedades por quotas de responsabilidade
- limitada. Alienação de bens em fraude à Fazenda Pública. 8. Dívida ativa. Inscrição do crédito tributário
- 9. Processo administrativo tributário estadual.
- 10. Processo judicial tributário: execução fiscal; ação anulatória de débito fiscal; ação de repetição de indébito; ação de consignação em pagamento; ação declaratória; medida cautelar fiscal; mandado de segurança.
- ICMS: Disciplina constitucional e infraconstitucional.
 Hipóteses de incidência, contribuintes, responsáveis, substitutos. Base de cálculo. Alíquota. O princípio da não-cumulatividade Regime de apuração e de pagamento. Administração do ICMS: fiscalização; auto de infração; defesa do contribuinte; parcelamento de débitos.
- ITCMD imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.
- 13. IPVA imposto sobre a propriedade de veículos auto
- motores. 14. Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual - Lei nº 12.799/2008 e Decreto nº 53.455/2008.
 - 16. Ativismo judicial e controle de constitucionalidade no
- 15. Lei 11.101/2005 (recuperação judicial/falências). âmbito tributário
- PROGRAMA DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO:
 - 1. Natureza Jurídica do Direito do Trabalho.

medicina do trabalho

trabalho.

12. Direito de ação.

- 2. Fontes do Direito do Trabalho. 3. Princípios do Direito do Trabalho
- 4. Relação de trabalho e relação de emprego. 5. Normas gerais de tutela do trabalho. Identificação profissional. Duração do trabalho. Salário mínimo. Férias. Segurança e
- 6. Normas especiais de tutela do trabalho. Professores. Proteção do trabalho da mulher. Trabalho noturno. Períodos de descanso. Métodos e locais de trabalho. Proteção à maternidade Proteção do trabalho do menor. Duração do trabalho. 7. Contrato individual de trabalho. Disposições gerais
- Remuneração e salário. Alteração, suspensão e interrupção. Rescisão. Áviso prévio. FGTS. Piso salarial. Décimo terceiro salário. Estabilidade. Proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa. Força maior. Irredutibilidade do salário.
- 8. Organização sindical. Associação, enquadramento e contribuição sindical. 9. Convenção coletiva de trabalho. Acordo coletivo de
 - 10. Comissões de conciliação prévia 11. Competência da Justiça do Trabalho.
- 13. Processo Judiciário do Trabalho. Disposições preliminares. Processo em geral. Dissídio individual. Procedimento sumaríssimo. Inquérito para apuração de falta grave. Dissídio
- coletivo. Execução. Recursos. 14. A Fazenda Pública perante a Justiça do Trabalho. 15. Súmulas e orientações jurisprudenciais. PROGRAMA DE DIREITO FINANCEIRO, ECONÔMICO E
- **EMPRESARIAL** PÚBLICO: 1. Normas gerais sobre direito financeiro (Lei federal nº
- 4.320/64). Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101/2000). Estrutura básica do Sistema Financeiro Nacional e principais funções das entidades
- participantes. 2. Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Conceito de gestão fiscal responsável e equilíbrio orcamentário. Alternativas de financiamento da despesa pública. Indicadores de solvência do setor público. Política
- monetária e fiscal. Investimento público. Classificação das receitas. Alienação de bens. Condições para renúncia de receitas. Vinculação de receitas. Fundos espe
- . ciais de despesa e investimento. 4. Limitação seletiva de gastos. Transferências voluntárias. Controle do endividamento. Operações de crédito. Prestação de garantias. Gestão patrimonial. Modalidades de fiscalização. Quadro atual do refinanciamento das dívidas de Estados e

Municípios perante o governo federal.

públicos ou mediante delegação a particulares.

- 5. Regime jurídico da despesa pública. Despesas de custeio e de capital. Execução orçamentária e programação financeira. Contingenciamento de dotações. Sistemática de
- pagamento de precatórios. 6. A Ordem Econômica na Constituição Federal de 1988. A relação do Estado com a economia. Prestação direta de serviços
- Exercício da atividade econômica pelo Estado sujeita à livre iniciativa e em regime de concorrência com empreendedores 7. Princípios e fundamentos da regulação da atividade econômica. Distinção entre regulação setorial e regulação concorrencial. Planejamento e política industrial. Instrumentos
- economia. 8. Conceito de falhas de mercado: bens públicos (free riding), externalidades sociais, concentração de mercado, assimetrias de informação, mercados incompletos. Conceito

de falhas de governo: captura do regulador, teoria da

de fomento. Responsabilidade do Estado pela intervenção na

- escolha pública, problema de agência, apropriação de rendas (rent seeking). 9. Sistema de preços e racionalidade limitada dos agen tes econômicos. Teoria dos custos de transação. O papel das instituições no funcionamento da economia e na promoção do
- desenvolvimento. Regulação e políticas públicas redistributivas. 10. Peculiaridades da regulação de serviços públicos concedidos ou autorizados. Regulação contratual e regulação normativa. Situação de monopólio natural e introdução da competição. Compartilhamento de redes. Ponderação entre imposição de obrigações de interesse público e rentabilidade do investimento privado.
- 11. Critérios para alocação de riscos nos contratos de concessão (comum. patrocinada e administrativa). Alternativas de política tarifária e criação de incentivos ao concessionário. Subsídio direto e subsídio cruzado. Pressupostos e condições para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Utilização de mecanismos alternativos de solução de disputas Arbitragem institucional e ad hoc

12. Conceito de plano de negócio, taxa interna de retorno amortização do investimento, custo de capital, fluxo de caixa descontado e valor presente líquido. Alternativas de captação de recursos pelo concessionário para financiar investimentos na concessão

São Paulo, 122 (135) - 147

- 13. Legislação antitruste. Abuso de poder econômico e dominação dos mercados. Estrutura básica do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Aspectos gerais sobre controle dos atos de concentração e punição de condutas anticoncorrenciais. Regulação concorrencial e defesa do consumidor. Doutrina da instalação essencial (essential facility).
- 14. Modelo de concorrência perfeita e comportamentos estratégicos baseados no poder de mercado. Oligopólio, oligopsônio, mercado contestável e formação de cartel. Eficiência eco-
- nômica alocativa e produtiva. Economias de escala e de escopo. 15. Empresário. Sociedade simples e sociedade empresária. Registro Público de Empresas.
- 16. Sociedade anônima. Companhia aberta e companhia fechada. Alternativas de capitalização. Capital próprio e capital
- de terceiros. Estrutura ótima de capital. Emissão de ações e preço de subscrição. Conceitos de valor patrimonial, valor econômico e valor de mercado. Debêntures. Securitização de recebíveis. Empréstimo sindicalizado e instituições mul-
- tilaterais de crédito. Financiamento de projeto (project finance) 17. Governança corporativa na sociedade anônima. Atribuicões básicas da assembleia geral, do conselho de administração
- da diretoria e do conselho fiscal. Função social da empresa. 18. Sentido e alcance da atuação empresarial do Estado. O papel da empresa estatal no mundo contemporâneo. Peculiaridades da sociedade de economia mista. Convivência entre interesse público e finalidade lucrativa. Exercício do poder de controle acionário pelo Estado. Deveres e responsabilidades do
- acionista controlador e dos administradores. 19. O Estado como acionista minoritário em empresa privada. Ação de classe especial (golden share). Função regulatória e instrumento de política industrial.
- 20. Falência e recuperação de empresas (Lei nº 11.101/2005). Recuperação judicial e extrajudicial. Aprovação do plano de recuperação judicial. Classificação de créditos e tratamento aplicável ao crédito tributário. Principais atribuições da assembleia geral de credores, do administrador judicial e do comitê de
- credores. Hipóteses de decretação de falência. 21. Noções básicas de propriedade industrial. Lei n° 9.279/96. Licenciamento compulsório de patentes sobre medi-

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITORIA

VICE-REITORIA EXECUTIVA DE **ADMINISTRAÇÃO**

COMUNICADO DE ENCERRAMENTO A Vice-Reitoria Executiva de Administração da USP comuniencerramento do Concurso Público na função de TÉCNICO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS iniciado com a publicação do Edital 029/2009 de Abertura de Concurso Público no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 18/07/2009, tendo em vista o

término de sua validade **SUPERINTENDÊNCIA**

Edital SAS nº 21/2012

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESULTADO DA PROVA DISSERTATIVA A Superintendência de Assistência Social da USP torna público o resultado da Prova Dissertativa do Concurso Público para a carreira do Grupo Superior S1 A (Nutricionista), realizada em 24/06/2012, conforme critérios divulgados no Edital SAS nº 11/2012 de Abertura de Concurso Público, relativo aos candidatos que obtiveram nota igual ou superior a 7 (sete) pontos. Nome do Candidato - RG - Resultado da Prova

Carlos Eduardo Teixeira Fernandez - 343686478 - 7,00

Marcia Regina Reggiolli - 135679746 - 7,38 Mayara Souza Jarochinski e Silva - 15.522.831 - 7,13

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS

Roberta de Oliveira - 237859622 - 8.00

Analícia Belli Duarte - 256205565 - 7,25

Luana Machado Sampaio - 294713645 - 7,63

E HUMANIDADES

Comunicado Retificação do D.O.E de 14.04.2012. No comunicado de aceitação de inscrições e indicação de comissão julgadora, referente ao concurso público de títulos e provas visando a obtenção do Título de Livre-Docente na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), publicado no D.O.E. de 14.04.2012 nos termos do Edital EACH/ATAc 004/2012, publicado no D.O.E. de 11.02.2012, onde se lê: "...houve por bem aceitar a inscrição de Luiz Paulo de Carvalho Piassi..." leia-se: "...houve por bem aceitar a inscrição

de Luis Paulo de Carvalho Piassi..

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES Comunicado

Retificação do D.O.F. de 10.05.2012 No edital de convocação para provas, referente ao concurso público de títulos e provas visando a obtenção do Título de Livre-Docente na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Univer sidade de São Paulo, em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), publicado no D.O.E. de 10.05.2012 nos termos do Edital EACH/ATAC 004/2012, publicado no D.O.E. de 11.02.2012, onde se lê: "Está inscrito no referido concurso o Doutor Luiz Paulo de Carvalho Piassi." leia-se: "Está inscrito

no referido concurso o Doutor Luis Paulo de Carvalho Piassi.'

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Comunicado Retificação do D.O.E. de 05.07.2012 No edital de resultado final / homologação, referente ao concurso público de títulos e provas visando a obtenção do Título de Livre-Docente na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), publicado no D.O.E. de

05.07.2012 nos termos do Edital EACH/ATAc 004/2012, publica-

do no D.O.E. de 11.02.2012, onde se lê: "...o Professor Doutor Luiz Paulo de Carvalho Piassi..." leia-se: "...o Professor Doutor Luis Paulo de Carvalho Piassi..."

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES Comunicado

Onde se lê:

Retificação do D.O.E. de 16.06.2012 No Edital ATAc/CPG 037/2012, referente a Processo Seletivo 2013 para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, no item 2.2

média aritmética das notas nas três fases "A nota para classificação final no processo seletivo será a média aritmética das notas nas três fases. Apenas os candidatos

"A nota para classificação final no processo seletivo será a

que obtiverem as 25 melhores médias estarão aptos a fazer a matrícula no Programa. Os demais classificados aguardarão em lista de espera, válida apenas até o último dia de matrícula."

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo

CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

assinado diaita mente

pelo uso da água.

documento